

Bom Jardim forma terapeutas comunitários

O Movimento de Saúde Mental Comunitária do Grande Bom Jardim inaugurou ontem sua sede. Na ocasião foi comemorada a graduação de 28 terapeutas comunitários e cinco terapeutas de abordagem corporal, formadas através de uma parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC).

O padre Rino Bonvini explica que a área pastoral do Bom Jardim já desenvolve há cerca de dois anos atividades terapêuticas com o uso de técnicas de terapia comunitária, massagem bio-energética, musicoterapia e relaxamento.

O curso de 60 horas de aula sob a coordenação do psiquiatra e antropólogo César Barreto foi oferecido para lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que trabalham na área. Capacitadas, as 33 mulheres irão desenvolver terapia comunitária em oito comunidades, além do presídio feminino Desembargadora Auri Moura Costa.

"Através da terapia nós procuramos não só o bem estar individual, mas que as pessoas se conscientizem de seus direitos de cidadão", afirma padre Rino, que é médico psicoterapeuta. Ele explica que na procura de solucionar os próprios problemas, as pessoas descobrem causas comuns: miséria, desemprego, carência na educação. A terapia ajuda cada indivíduo a criar vínculos com a comunidade para lutar por seus direitos.

Aliado à terapia comunitária, a área pastoral desenvolve um programa de geração de emprego e renda em parceria com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa. O projeto oferece à população carente cursos profissionalizantes. Também estão à frente do projeto a médica psicoterapeuta Gabriela Godoy e o padre Fernando Caprini, estudante de Psicologia.

IJF apura denúncia contra médico

IJF abre sindicância para apurar denúncia de descaso feita por pacientes da enfermaria de pediatria. Médico se defende, argumentando que estava doente

A diretoria do Instituto Doutor José Frota (IJF) abriu sindicância para apurar denúncias de falta de prescrição médica em crianças da enfermaria de pediatria. As denúncias foram feitas contra o médico Sidney Vieira na sexta-feira por um grupo de mães, alegando que os filhos chegaram a passar 48 horas sem medicamentos.

Segundo o diretor da emergência médica do Hospital, Rommel Feijó, na própria sexta-feira o problema das crianças foi resolvido com um medicamento substituído. A reclamação foi enviada à Ouvidoria do Hospital, órgão responsável por fazer a investigação inicial que aponta a procedência da denúncia, e de lá para a Procuradoria Jurídica do IJF, que abriu a sindicância. Segundo Rommel Feijó, o processo pode resultar num inquérito administrativo.

O médico Sidney Vieira alega que havia contraído a virose. "É a primeira vez que eu falto em vinte anos de IJF. Eu só acompanhei o filho da senhora que fez a denúncia um único dia, está tudo nos prontuários. Parece até que aproveitaram a minha falta para me fazer de Cristo".

"O médico quando falta tem a obrigação de comunicar à direção para que o Hospital providencie substitutos. Ele (Sidney) não mandou avisado, não comunicou e não pediu para outra pessoa ligar por ele", diz Rommel. "Na quinta-feira eu comuniquei que estava doente, sim. Como há falhas administrativas, os problemas ficam soltos", rebate Sidney.

Superlotação transforma os corredores do HGF em enfermaria



Diariamente, macas são usadas como leitos nos corredores do Hospital Geral de Fortaleza

Pesquisa demonstra que 56% dos internos são da Capital

O Perfil Sócio-Econômico do Usuário, uma pesquisa realizada entre os pacientes internados no HGF em 1997, constatou que 56% dos pacientes vieram da Capital e 35% do Interior. O restante veio da Região Metropolitana de Fortaleza (3%) e de outros Estados (3%). Três por cento não indicaram procedência. O diretor do Hospital Geral de Fortaleza, Sílvio Furtado, acredita que o número de pacientes do Interior seja maior no atendimento dos ambulatórios, onde

ainda não foi realizada a pesquisa.

O público usuário do Hospital Geral de Fortaleza é formado, em sua maioria, por pessoas à margem ou abaixo da linha da pobreza. Quarenta e sete por cento ganham até um salário mínimo, 18% entre um e dois salários, 14% entre dois e três e 12% entre três e quatro. Apenas 9% dos pacientes internados em 1997 ganhavam mais de cinco salários mínimos. Também é dado da pesquisa que 65% dos usuários foram mulheres e 35% homens.

O diretor Sílvio Furtado disse ainda que um dado interessante neste tipo de levantamento se refere ao grau de satisfação das pessoas atendidas. "Chegamos a ter dados de 90% de aprovação". No entanto, ele reconhece que números tão altos de aprovação decorrem da falta de noções de cidadania dos pacientes. "As pessoas sofrem tanto para serem atendidas e quando conseguem uma consulta ou um leito dão graças a Deus como se tivessem conseguido um milagre".

Falta de estrutura física e recusa de doentes graves por hospitais particulares conveniados ao SUS transformam corredores da emergência do HGF em enfermarias

ANA RITA FONSECA
Da Editora de Cidades

João Marques de Oliveira, 85, foi transferido às pressas do Hospital de Messejana. Diagnóstico: Acidente Vascular Cerebral (AVC). Necessitava urgente atendimento. Teria de ser assim, mas ele foi levado para a emergência do Hospital Geral de Fortaleza (HGF). Os leitos das enfermarias, macas, cadeira de rodas e até bancos estavam lotados com doentes. Resultado: meia hora de espera dentro do carro para conseguir entrar no hospital. Esta situação se repete várias vezes ao dia, todos os dias.

Dentro da emergência, médicos e enfermeiros desesperados tentando atender a todos os doentes, corredor que vira emergência, emergência que vira enfermaria. Se no IJF com todo o aperto, os pacientes conseguem um lugar para esperar pela consulta, no HGF o espaço e a falta de estrutura não ajudam. Como as enfermarias da Unidade de Tratamento Intermediária estão sempre lotadas, cada novo paciente que chega vai fazendo fila com as macas no corredor.

Mas as macas são escassas no Hospital e em pouco tempo estão ocupadas, obrigando doentes a deitarem nos poucos bancos de madeira. Quem chega de ambulância e não encontra mais lugar para ficar, permanece na maca da ambulância mesmo. Cadeira de roda para transportar os que vêm em ambulâncias comuns? Só tem uma, já enferrujada, que é disputada pelos doentes e familiares. Reclamações de quem é obrigado a trabalhar nestas condições não faltam. "É estressante demais. Têm dias em que eu me sinto trabalhando numa guerra. Faltam leitos e a gente tem que atender o doente no chão, de cócoras", desabafo a enfermeira Vera Ramos.

A procura da emergência por pessoas da Região Metropolitana e do Interior, para resolver casos clínicos simples, também é um problema no HGF. Gripes, dor de cabeça, problemas intestinais dificultam o atendimento de pacientes com parada respiratória, AVC, ataque cardíaco. Para o chefe da emergência do Hospital Geral de Fortaleza, Roberto Cidrão, a falta de investimento em saúde das prefeituras na Região Metropolitana e Interior é um absurdo. "Os prefe-

tos não investem em saúde. Só querem saber de ambulância. Ficamos preocupados imaginando como a transferência de pacientes aumentaria depois que o Governo do Estado distribuiu as 72 ambulâncias pelo Interior". Ele acrescenta que as prefeituras recebem a verba do Ministério da Saúde e não dão nenhuma contrapartida para os hospitais de Fortaleza que arcam com todos os gastos dos atendimentos.

A falta de uma contrapartida financeira para atendimento de pessoas do Interior aliado aos poucos valores pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) prejudicam a vida financeira do HGF. A média do custeio do Hospital por mês, segundo levantamento do ano de 1997, foi de R\$ 783 mil, foram gastos com folha de pessoal paga pelo Ministério da Saúde e Governo do Estado. A média de receita adquirida foi de R\$ 770 mil/mês.

Mesmo que o déficit do hospital não seja exorbitante, segundo o diretor do HGF, Sílvio Furtado, não sobram recursos para investimentos em espaço físico e equipamentos há muito tempo insuficientes para atender a demanda do Hospital. Mas só a ampliação do espaço físico, segundo ele, não vai adiantar se não se investir em métodos de saúde preventiva no Estado, assistência básica e ampliação da rede de convênios com hospitais privados.

O Secretário da Saúde do Estado, Anastácio Queiroz, diz que a sobrecarga do HGF é resultante da situação complexa pela qual passa o sistema de saúde do País. Admitindo que existem gestores municipais que não têm dado prioridade à saúde, apela para que a culpa pelo problema não seja atribuída às ambulâncias. Resaltaria que mesmo sem elas os doentes seriam transportados em cima de kombis, caminhonetes, caminhões, ou qualquer outro veículo. As ambulâncias novas só contribuem para que as pessoas sejam trazidas em condições mais humanas. Queiroz diz que a distribuição dos carros aos municípios é algo feito com muito critério. Lembra ser prova das dificuldades pelas quais passa a saúde o fato do setor ter sido entregue a um terceiro ministro nesse Governo. Espera que antes do final do ano os problemas sejam minimizados. (Colaborou Rosa Sá)

Pacientes com doenças graves são devolvidos

Seleção de pacientes de acordo com diagnóstico e idade. Assim procedem os hospitais privados conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) na hora de receber um doente transferido por hospitais públicos. Pacientes chegam a ser devolvidos quando diagnósticos de doenças graves, portanto caras, são confirmados. A macabra discriminação implica na superlotação de leitos da emergência e enfermarias de hospitais como o HGF.

"Eles só querem pegar pacientes com pneumonia e broncopneumonia. Doente grave nem pensar", denuncia a médica Odete Chayb do HGF. Ela acrescenta que a recusa vem se dando por conta dos baixos valores pagos pelo SUS por procedimentos médicos, independente dos gastos nos hospitais. A tabela do SUS não é reajustada desde 1994 e o aumento pedido pelos hospitais não tem previsão de ser dado. A opinião é reforçada pelo presidente da Associação dos Hospitais do Estado do Ceará, Aramicy Pinto.

Ele acredita que a situação tende a se agravar, pois o Governo Federal não vai aumentar os investimen-

tos em saúde este ano. "Está claro que o objetivo é a desospitalização, a desobrigação com a saúde pública". A redução em 40% dos leitos nos 46 hospitais conveniados de Fortaleza denunciada ano passado por Aramicy se complica neste começo de ano com os pedidos de descredenciamento de alguns hospitais como o Cura d'Ars, obstétricos/mês para o SUS.

Na última sexta-feira a Policlínica pediu descredenciamento à Secretaria de Saúde do Estado para atendimentos na maternidade e Unidade de Terapia Intensiva (UTI). São cerca de 500 atendimentos/mês que deixarão de ser feitos pelo hospital para o SUS. A diretora da Policlínica, Silvana Pinheiro, disse que era impossível continuar atendendo pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "Não somos sociedade beneficente. Nosso prejuízo estava sendo incalculável". Ela disse que a Secretaria da Saúde ainda não deu nenhuma resposta sobre o pedido e adiantou que o descredenciamento pode se estender a outras especialidades médicas. (ARF)

DRAMAS DE CADA DIA



MACA - Gislaine Rodrigues, 16, foi transferida do Hospital de Maracanaú com febre alta e enjoos. Com as macas, cadeiras e até mesmo os bancos da emergência ocupados teve de ficar no chão na maca da ambulância.



DESMAIO - Falta de macas e cadeiras de roda obriga funcionário da emergência a carregar paciente desmaiado nos braços.



PEREGRINAÇÃO - José Gomes dos Santos, 74, vítima de Acidente Vascular Cerebral. Trazido do Hospital de Messejana para o HGF não conseguiu leito. Os parentes tentariam novamente no dia seguinte.



ESPERA - João Marques de Oliveira, 85, vítima de AVC foi transferido às pressas do Hospital de Messejana para o HGF. Esperou meia hora dentro de uma belina para entrar no hospital, pois não havia macas e a cadeira de roda estava ocupada com outro paciente.